



**CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DE VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E
DEZENOVE**

1 Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dez horas e vinte
2 minutos, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no
3 Prédio da COPPEAD, sob a presidência da Professora Leila Rodrigues da Silva. Estavam
4 presentes à Sessão a Superintendente Acadêmica de Pós-Graduação, Andréia Cristina
5 Lopes Frazão da Silva, o Superintendente Acadêmico de Pesquisa, Marcelo Byrro
6 Ribeiro, a Superintendente Administrativa Marília Moraes Lopes; os Conselheiros
7 Docentes representantes dos Centros Universitários: Antonio Carlos Fontes dos Santos
8 (CCMN), Gregório Malajovich Munoz (CCMN), Josefino Cabral de Melo Lima (CCMN),
9 Aloysio Moraes Rego Fagerlande (CLA), Henrique Fortuna Cairus (CLA), Julie de Araujo
10 Pires (CLA), Aparecida Fonseca Moraes (CFCH), Fátima da Silva Grave Ortiz (CFCH),
11 Gabriela Lirio Gurgel Monteiro (CFCH), Hebe Signorini Gonçalves (CFCH), André Luiz
12 Bufoni (CCJE), Eduardo Raupp de Vargas (CCJE), Fabio Neves Perácio de Freitas (CCJE),
13 Fabricio Leal de Oliveira (CCJE), Bruno Lourenço Diaz (CCS), José Garcia Abreu Jr.
14 (CCS), Katia Vergetti Bloch (CCS), José Luis Lopes da Silveira (CT); os Conselheiros
15 representantes do Fórum de Ciência e Cultura, Alexandre Dias Pimenta, Carlos Renato
16 Rezende Ventura e Eliane Guedes; o Conselheiro representante do Pólo Macaé, Edison
17 Luis Santana Carvalho; o Conselheiro representante dos Técnicos-Administrativos
18 Sidney de Castro Oliveira; os representantes Discentes Alice de Matos Pina, Andre
19 Rocha e Wagner Rafael de Souza e o representante dos Antigos Alunos Marcos da Silva
20 Neves. Registrou-se a ausência justificada dos Conselheiros: Angélica Ribeiro Soares
21 (Macaé), Marcello Luiz R. de Campos (CT) e Maria Alice Zarur Coelho (CT). A Pró-
22 Reitora e Presidente do CEPG, Professora Leila Rodrigues da Silva deu início à Sessão
23 pela apreciação as atas dos dias 05 e 12 de abril de 2019. O Conselheiro Discente
24 André Rocha solicitou que se registrasse a ausência da Conselheira Alice Matos de Pina,
25 na ata do dia 12 de abril. Também na ata do dia 12 de abril, o Conselheiro Marcos da
26 Silva Neves solicitou que se registrasse que o mesmo estava ausente no momento de
27 análise de processos. A Presidente do Conselho informou que o registro será feito nesta
28 ata. Portanto fica aqui o registro de que o Conselheiro Marcos da Silva Neves no
29 momento de análise de processos o referido Conselheiro estava ausente. Após
30 esclarecimentos as atas dos dias 05 e 12 de abril foram colocadas em regime de
31 votação e as mesmas foram aprovadas com 2 abstenções. Em seguida passou-se ao
32 **Expediente**. A Presidente informou que a mesa tem dois informes, que já são do
33 conhecimento de todos. **1)** O primeiro diz respeito à recepção no dia 11 de abril, pela
34 PR-2, de um documento de representação junto ao Ministério Público Federal referente
35 à representação dos Conselheiros do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, sobre
36 um questionamento em relação ao mandato de 4 anos do referido Centro. De acordo

37 com a Presidente, a representação foi feita pelo Conselheiro Marcos da Silva Neves, na
38 qual foi recepcionada e encaminhada a justificativa para a resposta da demanda. Ainda
39 de acordo com a Presidente, a referida questão foi tratada, ontem no CONSUNI, onde o
40 Decano do CCJE, Professor Flávio Alves Martins externou contundentemente sua
41 indignação em relação ao encaminhamento, onde prestei esclarecimentos, e o
42 documento foi enviado imediatamente para todos os Conselheiros. **2)** O segundo
43 informe está relacionado ao Colégio Eleitoral. Destacou que todos receberam a
44 convocação, que está marcada para o dia 30, às 10:00h, na sala do CONSUNI. 3) O
45 Professor José Garcia Abreu Jr. informou que foram recebidos 8 APCNs, onde 3 deles
46 está sendo indicado que seja utilizado pareceristas *ad hocs* e os outros a CAAC
47 aparentemente pode emitir parecer sem se apoiar em parecerista *ad hoc*. Acrescentou
48 que todos os APCNs já estão com seus devidos relatores designados, dentro da própria
49 CAAC. **3)** O Professor José Garcia convidou a todos para a sua posse como novo Diretor
50 do Instituto de Ciências Biomédicas, que acontecerá no dia 02 de maio às 14:00h. O
51 Professor Carlos Renato Rezende Ventura questionou se é preciso confirmar a presença
52 do membro titular. A Professora Leila esclareceu que é conveniente que todas estejam
53 presentes, porém só o membro titular tem direito a voto. O Professor Aloysio Moraes
54 Rego Fagerlande solicitou que seja feita uma moção de louvor ao Professor Bruno
55 Lourenço Diaz, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação de Pesquisa, pelo
56 destaque nos trabalhos. Passou-se à Ordem do Dia. Homologação do resultado do
57 Prêmio Ações Afirmativas. A Professora Julie de Araujo Pires iniciou sua apresentação
58 informando que o segundo Prêmio Ações Afirmativas já havia sido apresentado pela
59 Professora Andreia Frazão quais eram os objetivos, porém algumas questões do edital
60 serão repetidas, até para que possamos justificar como esse edital foi visto e os
61 prêmios conferidos. De acordo com a Professora Julie, existiam as categorias tese,
62 dissertação, projeto ou relatório de pesquisa, artigo/capítulo de livro/trabalho completo.
63 Acrescentou que a partir da leitura dos trabalhos inscritos optou-se por fazer a leitura, e
64 todos os membros da comissão fizeram a leitura de todos os trabalhos para elaborar a
65 eleição. Esclareceu que caso houvesse alguma dúvida específica, passaria por um
66 consultor. Ressaltou que acabou fixando mais a avaliação pelo primeiro critério que
67 seria a originalidade ou caráter inovador propositivo e o último que seria a profundidade
68 das análises desenvolvidas. Sublinhou que como resultado, tiveram uma única tese que
69 se inscreveu, como primeiro lugar porque estava dentro do escopo do edital, onde a
70 relevância foi vista, pois se tratava de uma análise aprofundada. Finalizou destacando
71 que no caso de projeto ou relatório de pesquisa nenhum dos dois trabalhos foi
72 caracterizado como projeto ou relatório, tendo em vista que estavam fora das
73 exigências mínimas que o edital previa. A Professora Leila parabenizou e agradeceu a
74 comissão pelo trabalho realizado e passou a submissão formal do resultado, do que foi
75 apresentado pela comissão, e o mesmo foi aprovado por unanimidade. Passou-se ao
76 item seguinte da pauta, *Resolução sobre residência*. A Professora esclareceu que as
77 Sessão passada foi realizado um debate bastante intenso com base no material que foi
78 produzido ao longo de dois anos. Acrescentou que na Sessão passada havia a
79 possibilidade de que a aprovação fosse encaminhada, do conjunto porém houve a

80 reflexão de que seria pertinente que todos os Conselheiros pudessem dar uma última
81 leitura antes da submissão. A Professora Andreia Frazão informou que foram feitas duas
82 mudanças a partir do que foi debatido na última Sessão. Sublinhou que todas as vezes
83 que aparecia a palavra aluno, a mesma foi substituída por residente e outra inclusão
84 está no artigo 3, a partir daquela discussão e da sugestão da Professora Katia Vergetti
85 Bloch a profissionais de no mínimo 3 profissões da saúde, isso em função daquela
86 normativa de 2014 que foi mencionada pelo Conselheiro Rafael. A Professora Leila
87 acrescentou que a observação sobre possíveis ajustes do ponto de vista da legislação é
88 algo que tem sido considerado nos documentos produzidos e aproveitou para informar
89 que a documentação aprovada na Sessão passada já foi encaminhada para a
90 Procuradoria, assim como esta também será. A Professora Fátima da Silva Grave Ortiz
91 informou que não acompanhou as discussões em torno da referida resolução, porém
92 afirmou que a unidade em que atua tem experiência com residência. De acordo com a
93 Professora Fátima, na primeira Sessão em que esteve presente recebeu a resolução e
94 fui buscar um diálogo com alguns professores da unidade que acompanham 3
95 residências multiprofissionais e identificaram algumas questões mais de fundo e outras
96 mais pontuais que dizem respeito aos artigos e ao cotidiano das residências.
97 Questionou se a resolução tramitou na COREME e na COREMU e destacou que uma
98 questão foi unânime na discussão, na qual a resolução em nenhum momento fala da
99 importância de se formar quadros profissionais para o SUS. Ressaltou que outra
100 questão que levaram a uma reflexão é que em alguns momentos a resolução tende a
101 criar um cotidiano um pouco mais engessado para o sujeito que é o coordenador da
102 residência. Sublinhou que nos artigos 7º e 8º dizem respeito à relação da residência
103 com a COREME e as multi com a COREMU. Por fim destacou que em relação à forma
104 uma questão é que substituir TCC para TCR, tendo em vista, que as residências tem um
105 trabalho de conclusão de residência e não de curso. A Professora Leila esclareceu que
106 no caso trata-se de conteúdo, porque tem TCC em algumas situações. Com relação ao
107 artigo 18, a Professora Fátima chamou a atenção sobre a solicitação de criação de
108 curso, questionando quais são as informações que a proposta de residência deve
109 apresentar. A Professora Fátima destacou que seria pertinente que se colocasse o perfil
110 de egresso que se pretende formar. A Professora Leila sublinhou que na interpretação
111 da comissão tal proposição estaria contemplada na justificativa do curso. Em seguida a
112 Professora Fátima acrescentou que no artigo 25 é vedada a solicitação de abertura de
113 uma nova turma se o curso estiver com pendência de envio de relatórios. De acordo
114 com a Professora Fátima, existe outro artigo, o 51 que determina o envio do relatório
115 com prazo de 6 meses a partir da data da integralização de cada turma. A Professora
116 Leila esclareceu que tais aspectos foram considerados e estão diretamente relacionados
117 com a implantação de um sistema interno de verificação do que cada coordenador deve
118 cumprir para que outra turma seja aberta. A Professora Andreia destacou que a referida
119 resolução não trata da residência como um todo e sim do aspecto pedagógico da
120 residência. Sublinhou que vários aspectos não são tratados, por não se da competência,
121 os que estão aqui contemplados são os aspectos acadêmicos. A Professora Fátima
122 demonstrou preocupação com o cotidiano das residências no artigo 26, sobre

123 comunicar qualquer alteração do corpo docente. Com relação ao corpo docente
124 Professor Marcelo Byrro Ribeiro esclareceu que existe uma enorme mudança docente e
125 é preciso garantir que se tenha um percentual de docentes que sejam da universidade
126 pela própria resolução. Acrescentou que não se trata de engessar o processo e sim
127 garantir a qualidade do ensino e que o certificado de fato é de qualidade. O Professor
128 Bruno Lourenço Diaz chamou atenção para o artigo 47 que trata da conversão de grau
129 em conceito. De acordo com o Professor Bruno, essa será a única resolução da UFRJ
130 que diz que a nota para aprovação será 7. Destacou que só na graduação faz menção à
131 nota e a mínima é 5. Ressaltou que na resolução anterior só falava de conceito, sendo
132 que o conceito D é reprovação, porém como se trata de tabela de conversão isso fica a
133 cargo dos cursos. O Professor Gregório informou que as residências são
134 regulamentadas por decretos e normas do Ministério da Saúde. Acrescentou que foi
135 dada continuidade internamente aos conceitos ABCD e depois será convertido no
136 formato COREME e COREMU de notas decimais, destacando estar lidando com decisões
137 externas à universidade e que não se pode estar cem por cento coerentes com os
138 sistemas da UFRJ. A Professora Leila explicou se permanecerem apenas os conceitos,
139 não fica claro qual a note de corte em cada conceito. Destacou que a alternativa seria
140 explicitar e aí o argumento é de que a avaliação é conhecida e específica da residência
141 que não pode se confundir com a avaliação geral da pós-graduação. Ressaltou que
142 encaminharia pela manutenção do que está explicitado, apesar das preocupações.
143 Acrescentou que existe de fato uma orientação que explicita e não destacar é abrir
144 possibilidades de interpretação. Sublinhou que não está sendo assinado um pacto
145 absolutamente definitivo, uma vez que o referido material está sendo reconhecido como
146 pertinente, ele será aplicado, podendo manter a avaliação. A proposição da Professora
147 Leila é que a manutenção do agora explícito garante a segurança. O Conselheiro
148 Wagner Rafael de Souza sugeriu indicar quais as resoluções do Ministério da Saúde
149 conste especificamente o tratamento das referidas notas. O Conselheiro Marcos da Silva
150 Neves sugeriu fazer uma nota de rodapé explicitando no que é baseado. A Professora
151 Leila explicou se deve reportar a orientação fundamental do Ministério da Saúde,
152 destacando que existem duas alternativas. Em seguida a Professora Leila solicitou a
153 prorrogação da Sessão por até 30 minutos e a referida prorrogação foi aprovada com
154 uma abstenção. A seguir a Professora Andreia sistematizou as mudanças proposta que
155 são: Incluir TCR; incluir o perfil do egresso no artigo 31, que trata da guarda dos
156 trabalhos, a possibilidade de outros meios; verificar o artigo 47 referente aos conceitos
157 e a questão de cem por cento de aproveitamento e fazer a mudança no artigo 49 que
158 faz referência errônea ao artigo 48. A Professora Leila destacou a importância da
159 contribuição e permitiu que hoje os Conselheiros conhecessem aspectos que tem
160 potencial de polêmica, porque alguém de outra área, de um outro olhar, da importância
161 do debate trouxe, fundamentado na representação, o que enriquece a discussão. Em
162 seguida a Professora Leila colocou em regime de votação à resolução com todas as
163 observações destacadas e a referida resolução foi aprovada por unanimidade. A
164 Professora Leila informou que o ponto *Lato Sensu* fica para a próxima Sessão. Passou-
165 se à leitura da Moção. A Professora Leila sugeriu um pequeno ajuste, e a Moção ficou

166 da seguinte forma: "O Conselho de Ensino para Graduados expressa a sua satisfação
167 pelo excelente trabalho realizado pelos Conselheiros que participaram da Comissão de
168 Coordenação de Pesquisa para a Reitoria da UFRJ, com destaque para a atuação do
169 Conselheiro Bruno Lourenço Diaz, como Vice-Presidente da referida Comissão".
170 Colocada em votação a referida Moção foi aprovada por unanimidade. Para formalizar a
171 presidência da Câmara de Corpo Docente e Pesquisa, que passaria ao Professor Carlos
172 Renato Rezende Ventura a Professora Leila colocou em votação e que foi aprovada por
173 unanimidade. A Professora Leila Rodrigues da Silva deu por encerrada a Sessão às
174 12:30h. Para constar, eu, Denilson Santos de Jesus, Secretário do CEPG, lavrei a ata
175 que, após aprovação, será assinada pela Presidente da sessão, Professora Leila
176 Rodrigues da Silva, e por mim.

177

178 Denilson Santos de Jesus
179 Secretário

Leila Rodrigues da Silva
Presidente